

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/19835	29842/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Alteração à licença de edificação - Travessa de Pontezinhas, 4, União das Freguesias de Merelim, Panóias e Parada de Tibães		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 8620/2026

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação - 1/2016/901/0 - LUGAR/
TRAVESSA DE PONTEZINHAS, U.F. DE MERELIM (SÃO PAIO), PANOIAS E PARADA DE TIBÃES

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pelo Departamento de Urbanismo, o pedido de alteração à licença reúne condições de aprovação, pelo que se propõe o deferimento do pedido.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/19479 de 5 de Junho de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro pedido de licenciamento de obra de edificação.

Informa-se o requerente que o pagamento das taxas é condição de eficácia da licença.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 04/06/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se o a aprovação do projeto de arquitetura (legalização). Aquando da apresentação das respetivas especialidades, deverão ser atualizados, termos e memórias descritivas devido à entrada em vigor do PDM 2026. Tal atualização decorre do previsto no n.º 2 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), e cessando a suspensão dos procedimentos nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o procedimento é decidido de acordo com as novas regras urbanísticas em vigor (Plano Diretor Municipal de Braga – 3.ª Revisão, Aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 73/2026, de 15 de abril)."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DMGT [DIREÇÃO MUNICIPAL DE URBANISMO E PLANEAMENTO]
DU [DEPARTAMENTO DE URBANISMO]
GLAE [GABINETE DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS]

PROCESSO: 8620/2026

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-3952 DE 18/02/2026

LOCAL DA OBRA: TRAVESSA DE PONTEZINHAS, N.º4, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM (S. PAIO), PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - ALTERAÇÃO À LICENÇA

02/06/2026

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. através do pedido registado com o n.º. 2025-E-RE-3952, apresenta o pedido de **alteração à licença de edificação** com vista a alterações a levar a efeito, no prédio sito na Travessa de Pontezinhas n.º4, União das Freguesias de Merelim, Panóias e Parada de Tibães, que incide sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 628/20110324, inscrito na matriz de natureza urbana so o artigo n.º 2481-P.
- 1.2. O requerente apresentou alterações ao projeto inicial aprovado no âmbito do previsto no artigo 83º do RJUE.
- 1.3. A presente operação urbanística tem enquadramento no n.º2 do artigo 4º, do Regime Jurídico da urbanização e da Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais:
 - 2.1.1. Proc. n.º 1/2016/901/0 – legalização e ampliação de habitação
 - 2.1.2. Alvará de legalização n.º 557/2017 emitida em 21/12/2017 (válida por 24 meses)
 - 2.1.3. Proc. n.º 1/2005/1783/0 – licenciamento

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. O presente pedido encontra-se corretamente instruído de acordo a informação técnica emitida pela Divisão de Procedimentos Urbanísticos n.º 2026-8179 em 19/02/2026
- 3.2. Não há lugar a submissão das especialidades – em virtude de as alterações propostas não incidirem sobre questões estruturais ou demais redes.



4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

4.1. A proposta não carece de consulta a qualquer entidade.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM EM VIGOR:

5.1. Enquadramento:

5.1.1. O prédio encontra-se classificado, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como **BD- Espaços Urbanos de Baixa densidade** – segundo o artigo 66º do RPDM e **A – Espaço Agrícola** –segundo o artigo 42º Regulamento do PDM- 3ª Revisão - Aviso n.º 8551_2026_2, 2ª Série do Diário da República de 15 de abril.

5.1.2. O prédio encontra-se abrangido por:

- Margens do Domínio Hídrico;
- Reserva Agrícola Nacional;
- Reserva Ecológica Nacional;



Figura 1 - Extrato Planta de Classificação e Qualificação de solo e imagem aérea retirada do Goolge Maps

5.2. Análise Urbanística:

5.2.1. A construção encontra-se inserida em solo classificado como Espaço urbano de Baixa Densidade.

5.2.2. O requerente procedeu a alterações ao projeto aprovado, nomeadamente:

- alterações nos vãos;
- alteração de escada interior;
- alteração de cobertura.

5.2.3. As alterações introduzidas sobre a preexistência não alteram os parâmetros urbanísticos que motivaram a aprovação do projeto aprovado (é mantida a área de construção, altura da fachada, número de pisos e número de fogos)



6. ANÁLISE REGULAMENTAR:

- 6.1.1. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.
- 6.1.2. O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor a atestar a conformidade da execução da operação urbanística com o Decreto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, o que dispensa a Câmara da sua Apreciação prévia, nos termos do artigo 3º, n.º. 2, da redação em vigor do referido diploma
- 6.1.3. Conforme previsto na alínea a) do número 5 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, a verificação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos às componentes da envolvente opaca e da envolvente envidraçada, definidos no projeto de arquitetura, é assegurada pelo técnico autor do Projeto de Arquitetura.
- 6.1.4. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.
- 6.1.5. Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.

7. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 7.1. Face ao atrás exposto conclui-se que o pedido de alteração à licença reúne condições de aprovação, pelo que se propõe: o deferimento do pedido.
- 7.2. Que se comunique ao requerente o teor da presente informação técnica.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

